

Edital de 1º e 2º Leilão Eletrônico de bem móvel e para intimação das partes e interessados

| | |
|---------------------|--|
| PROCESSO Nº: | 0001038-91.2021.8.26.0590 |
| VARA: | 4ª Vara Cível da Comarca de São Vicente/SP |
| JUIZ: | Dr. Fernando Eduardo Diegues Diniz |
| AÇÃO: | Ação Declaratória cumulada com indenização por Danos Morais em fase de Cumprimento de Sentença |
| EXEQUENTE: | Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, CNPJ: 43.776.517/0001-80 |
| EXECUTADA: | Edson Emo Santana Barros, CPF: 060.813.858-41 |

O(A) MM(a). Juiz(a) de Direito, com fulcro no artigo 879 e seguintes do CPC, **faz saber que o Leiloeiro Oficial Mauro da Cruz (JUCESP nº 912)**, por meio do website: www.alienajud.com.br, levará a leilão para a venda e arrematação o bem abaixo descrito, sendo:

| EVENTO | DATA E HORA | VALOR |
|--|---|---|
| 1º Leilão (Valor de avaliação) | Início: 10/08/2026 às 13:00h até Término: 13/08/2026 às 13:00h | R\$ 9.509,00 (dezembro/25), a ser atualizado até o mês do término do leilão |
| 2º Leilão (Mínimo de 50%) | Início: 13/08/2026 às 13:00h Término: 02/09/2026 às 13:00h | R\$ 4.754,50 (dezembro/25), a ser atualizado até o mês do término do leilão |

O bem será entregue a quem der o maior lance, não sendo admitidos lances inferiores a 60% do valor da avaliação, sendo que, na ausência de lances no valor ora estabelecido como mínimo, somente eventuais lances acima de 50% poderão ser analisados por este Juízo, para aquilatar a viabilidade da arrematação. Pelo presente edital ficam intimadas as partes das designações supra, na hipótese de não serem localizadas para intimação pessoal.

DESCRIÇÃO DO BEM: Veículo marca Fiat Palio EDX, cor preta – fab/mod 1996/1997 – Placa BVM-2810 – Gasolina – Chassi 9BD178226T0093958.

| | |
|----------------|-------------|
| Renavam | 00662210182 |
|----------------|-------------|

ÔNUS SOBRE O BEM:

Não constam ônus sobre o bem.

LOCAL DO BEM:

Rua Martim Afonso, n.º 180/170, apto 06-B, São Vicente/SP – CEP.: 11310-917.

DÉBITOS DESTA AÇÃO:

Os débitos totalizam o valor de R\$ 913,56 (novecentos e treze reais e cinquenta e seis centavos), atualizados até o mês de dezembro/2025.

DÉBITOS DO BEM:

| | |
|-------------|--------------------------------------|
| IPVA | Não constam débitos. (em junho/2026) |
|-------------|--------------------------------------|

| | |
|----------------------|---|
| MULTAS | Não constam débitos. (em junho/2026) |
| LICENCIAMENTO | R\$ 1.260,64 (mil, duzentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos). |

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- Conforme Tema 1.134 do STJ, o arrematante não é responsável pelos débitos de IPTU anteriores à arrematação, nos termos do art. 130, parágrafo único, do CTN, os quais se sub-rogam sobre o preço da arrematação.

- Nos termos do art. 908, § 1º, do Código de Processo Civil, no caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência.

- Nos termos do art. 843 do Código de Processo Civil, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. Reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

DAS CONDIÇÕES: **1.** Os leilões serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, através do website www.alienajud.com.br, por onde serão recebidos os lances, devendo os interessados realizar cadastro prévio na plataforma, mediante fornecimento dos dados solicitados. **2.** O arrematante adquire o bem no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **4.** Com isso, declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quando a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária.

DO PAGAMENTO DO LANCE: O pagamento do lance vencedor será à vista, devendo o arrematante efetuar o depósito do preço no prazo improrrogável de até **24 (vinte e quatro) horas** após o encerramento da alienação judicial eletrônica, mediante depósito judicial em favor do Juízo expropriatório, sob pena de desfazimento da arrematação. O não pagamento do lance ou da comissão do leiloeiro no prazo estabelecido será comunicado ao MM. Juízo competente para adoção das medidas legais cabíveis, podendo, ainda, serem submetidos à apreciação judicial os lances imediatamente subsequentes.

DA PROPOSTA PARCELADA: **1.** Nos termos do art. 895 do Código de Processo Civil, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá apresentar oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses: (I) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (II) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a **50% (cinquenta por cento)** do valor de avaliação atualizado ou **80% (oitenta por cento)** do valor de avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz. **2.** Nos termos do art. 895, § 7º, do Código de Processo Civil, a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. **3.** As propostas de compra serão recepcionadas e submetidas à apreciação do Juízo processante, caso o leilão se encerre negativo.

DA COMISSÃO DEVIDA AO LEILOEIRO: **1.** A comissão do leiloeiro será de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação e correrá por conta do arrematante ou adjudicante. **2.** O pagamento da comissão devida ao Leiloeiro deverá ser realizado no prazo improrrogável de até **24**

(vinte e quatro) horas após o encerramento da alienação judicial eletrônica, por meio de depósito judicial em favor do Juízo expropriatório, sob pena de desfazimento da arrematação. **3.** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o leiloeiro fará jus à comissão, nos termos do art. 7º, §3º, da Resolução 236 do Conselho Nacional de Justiça.

Dos autos não constam causas ou recursos pendentes de julgamento.

Outras informações podem ser obtidas no website: www.alienajud.com.br. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. São Vicente, ____ de ____ de 2026. Eu, _____, Escrivão (ã) Diretor (a),

Dr. Fernando Eduardo Diegues Diniz
Juiz de Direito

